

PRESERVAÇÃO NA ÁREA MUSEOLÓGICA

Rui Mourão

Diretor do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, desde julho de 1974, de 78 a 90 fui também Coordenador do Grupo de Museus e Casas Históricas de Minas Gerais, do qual a nossa unidade era cabeça de sistema. E no período que vai de 1982 a 1986, acumulei essas funções com a de Coordenador do Programa Nacional de Museus. A experiência que tenho a relatar, portanto, está relacionada com o exercício de tais cargos.

O desenvolvimento do complexo museológico nacional desde as suas origens, isto é, desde a criação do Museu Real, em 1818, veio se fazendo de maneira desordenada. As instituições nasceram praticamente à base de completo espontaneísmo. Contam-se nos dedos as que surgiram em decorrência de planejamento ou que tiveram a inspirá-las uma vontade que trouxesse consigo a preocupação de organizar conjuntos articulados. De certa forma, coisa semelhante se passou no mundo inteiro, onde os museus nasceram de coleções particulares, mas entre nós esse problema produziu resultados mais desfavoráveis. Devido às nossas permanentes dificuldades de ordem econômica, sempre foi extremamente rarefeita a presença nessa área da cultura de técnicos de formação universitária, com possibilidade de planejar e coordenar - ocorrência quase exclusiva das grandes capitais - o que agravou a situação das unidades que, não estando entrosadas num esquema qualquer de composição entre si, acabaram também alheias à realidade à sua volta, à medida em que se verificava a agonia dos laços que as vinculavam à comunidade e às forças de comando da sociedade. A solidão mais profunda foi recaindo sobre aquelas casas, que passaram a exhibir, a partir de certa altura, um ar poeirento e antiquado.

Felizmente esse quadro tão negativo começa a ser modificado. O nosso país, apesar de todas as dificuldades, tem sabido queimar etapas e a capacidade criadora do nosso povo nunca foi desmentida. Há uma elite intelectual atuando na área, graças a cursos pioneiros de museologia, que hoje são ministrados em algumas universidades. O número de técnicos que realizam viagens de estudo

ao exterior é cada vez maior, o intercâmbio científico com os povos mais adiantados amplia-se e o debate em torno do museu novo empolga certa vanguarda, que pode ser pouco expressiva em números, mas possui indiscutível vivacidade. O resultado de tudo isso é o ímpeto de modernização que, partindo do Rio de Janeiro, São Paulo e outras capitais, procura modificar o panorama geral. Alguns dos nossos museus fariam figura em qualquer parte do mundo, seja pelas excelentes condições de sua exposição, seja pelo arejamento e arrojo das suas propostas, seja pela desenvoltura com que souberam se atualizar como centros culturais de alto dinamismo participativo. De qualquer maneira, não perdendo a perspectiva do todo, o nosso otimismo só pode ser moderado. Somos obrigados a admitir que o saldo final infelizmente é muito desfavorável.

Nas várias regiões brasileiras, mesmo as avançadas, com que nos deparamos com freqüência são os museus que estão a atestar, sob qualquer ângulo que se examine, a realidade do nosso subdesenvolvimento. Prédios inadequados, em mau estado de conservação, abrigam coleções que não receberam processamento técnico ou o tiveram de maneira insatisfatória e se encontram a caminho da deterioração, sem que haja a mínima possibilidade de se apelar para um restaurador e, em muitos casos, sem que haja sequer a consciência da necessidade de ser procurado um restaurador. Exposições destituídas de critério, que não possuem uma linha coerente e não transmitem uma mensagem - isso quando não passam de simples depósitos de objetos de natureza variada e das mais diversas procedências - contam com vitrines e suportes impróprios, muito freqüentemente reaproveitados. A inexistência de material informativo para o visitante corresponde à inexistência de pesquisadores em condições de produzi-lo; a falta total de dinamismo, a incapacidade para a organização de um programa educativo, o desinteresse por tudo o que poderia transformar a instituição num centro de difusão cultural é fruto de um absoluto despreparo, revela completa alienação, comprova o grau de amadorismo com que às vezes se trabalha nessa área.

Um esforço como o desenvolvido pelo Programa Nacional de Museus, para modificar um panorama como esse, tão adverso, encontra obstáculos de toda ordem, a começar pela dispersão das instituições, pela sua grande variedade quanto a natureza, tipos e categorias e pela diversidade da sua dependência administrativa. As imensas distâncias brasileiras elevam os custos de qualquer prestação de serviço e tornam mais penosa a ação a ser desenvolvida; a multiplicidade de espécies de unidades torna obrigatória uma equipe que contemple as especializações mais variadas; as vinculações das casas a poderes e organizações diferenciados criam meandros políticos, jurídicos e burocráticos a serem percorridos.

Ao enfrentarmos a tarefa que nos foi atribuída pela Secretaria da Cultura - na ocasião um órgão pertencente ao antigo Ministério da Educação e Cultura -, antes mesmo de concluir o inventário geral dessa realidade, já estávamos com a idéia de uma linha de trabalho que não poderia deixar de ser priorizada. Era a da revitalização de unidades museológicas. Preocupavam-nos certas instituições da própria área federal, que haviam se tornado defasadas dentro do tempo. Apresentando problemas de toda ordem, em certos casos haviam sido paralisadas a meio caminho do seu desenvolvimento, não tendo chegado em momento algum verdadeiramente a ser. Constituíam, de fato, simples projetos inacabados. Refiro-me especificamente a alguns museus do ex-Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional que se organizaram mais como repositórios de peças, reunidas num esforço de preservação paralelo à obra de restauração urbanística e arquitetônica das cidades. A sua transformação em casas destinadas a receber o público obedeceu a propósitos educativos relacionados com a formação de uma consciência sobre a necessidade de preservação do nosso patrimônio. Como os recursos financeiros disponíveis eram de grande modéstia, a improvisação que caracterizou essa medida gerou produtos que, com a melhor boa vontade, quando muito poderiam ser considerados promessas de museus. A ação revitalizadora posta em prática não implicava em aplicação de fórmula pré-estabelecida que obedecesse a um planejamento realizado à distância. A unidade trabalhada é que determinava a natureza e a extensão do que deveria ser feito. O objetivo final era sempre dar condições para que ela pudesse funcionar com o imóvel e o acervo em boas condições de conservação, a exposição organizada em termos aceitáveis, o pessoal acrescido em número e treinado para as funções que ia desempenhar, os setores de documentação processados dentro de boa técnica, o sistema de segurança reforçado e as atividades educativas e de difusão cultural corretamente implantadas.

Verificamos, desde logo, que a solução para o soerguimento da rede museológica brasileira seria a ampliação de um trabalho desse tipo, que estaria concluído e deveria passar a outro estágio mais sofisticado de interferência, quando chegasse a ser abrangente da totalidade das instituições existentes. Mas se essa podia ser considerada uma meta programática a ser perseguida, os insuperáveis obstáculos da realidade dissuadiam de saída quem desejasse comprometer-se com a ilusão de sonhos quixotescos. A administração pública não tinha condições de levar a cabo essa tarefa, em termos de finalização, nem mesmo dentro dos limites dos seus domínios. Planejar para a amplitude brasileira impõe o compromisso com a sensatez do pé no chão. Partimos para realizar, com a ajuda do IBGE, um levantamento geral dos museus, na esperança de compreender melhor o campo em que devíamos atuar, montamos cursos de aperfeiçoamento técnico nas áreas de museologia, segurança e restauração, que eram oferecidos em âmbito nacional, criamos um Boletim - órgão para a divulgação de artigos técnicos e a centralização de informações especializadas - e montamos uma equipe técnica diversificada e de alto nível, destinada a prestar assessoramento às unidades que necessitassem de reforço dessa natureza ou não tivessem condição de contar com esse tipo de profissionais em seus quadros. A nossa intenção era fazer com que as autoridades e entidades mantenedoras de museus se sentissem estimuladas com a ajuda e se dispusessem a abandonar a tradicional atitude de inércia em que se mantinham, acabando por entender a conveniência da aplicação de recursos financeiros num campo de atividade que, logicamente, não pode viver de abstinência.

O problema básico a ser atacado era o de arrancar o museu da sua situação de ostracismo, para recolocá-lo na sua antiga posição de órgão prestador de serviços, com função social bem definida. A tarefa implicava em evidente dificuldade. Não bastava desenvolver um esforço para a sua modernização, procurando eliminar o seu esclerosamento intrínseco e, conseqüentemente, recuperando a sua auto-confiança e a sua capacidade de atuação. Urgia que se conseguisse uma modificação da consciência externa, criando uma área de compreensão e simpatia a sua volta. Na verdade, essa é que constituía a revolução maior a ser implantada. Não haveria nem mesmo

estímulo para a recuperação da sua potencialidade se não existisse a percepção, e em seguida a garantia, de que tudo estava sendo feito para o atendimento a um reclamo ou pelo menos a uma expectativa da comunidade imediata. Por outro lado, é mais do que evidente, a compreensão clara das possibilidades de contribuição de um museu é que pode fazer surgir a disposição de ajuda por parte dos que não se achem com ele diretamente envolvidos. Em tais circunstâncias, sobre todas as ações deviam prevalecer as de natureza educativa.

A filosofia que norteou os nossos trabalhos, desde a primeira hora, relacionava-se com a concepção de que o museu é um órgão visceralmente comprometido com o processo educativo de um povo. E procuramos desenvolver um debate de idéias e uma prática que objetivava ver essa instituição contribuindo da maneira mais eficaz possível para o esforço geral de construção político-social do país. Em nosso entender, o museu deve assumir a sua condição de agência não formal de ensino e o papel decisivo que tem a desempenhar é o de favorecer o entrelaçamento entre cultura e educação, a fim de que a formação do brasileiro possa se efetivar em consonância com os valores da sua realidade imediata e nacional, e o de procurar diminuir o distanciamento existente entre arte popular e arte erudita, conjurando o marginalismo do criador mais ingênuo e a solidão do criador mais sofisticado que, à medida em que se afasta das fontes comuns de inspiração do povo, tende para o hermetismo e a incomunicabilidade. Sem deixar de manter uma fidelidade básica ao acervo, o museu está capacitado a ajudar na recuperação ou no desenvolvimento dos fazeres culturais da comunidade, no resgate de memórias patrimoniais em extinção e no ajuste de pessoas dentro do seu universo social e natural.

Assumindo uma atitude sem intransigência com relação ao assunto e procurando testar as várias alternativas de propostas, o Programa patrocinou as experiências realizadas sob a denominação de "*Uso Educacional de Museus e Monumentos*", inspiradas em modelo inglês, que procurava, por meio do vivenciamento direto e pela utilização de recursos teatrais, levar a criança a familiarizar-se com um acervo e o ambiente cultural evocado por esse acervo. Ao mesmo tempo, pesquisava uma linha própria, desejoso de encontrar caminho mais ajustado às conveniências brasileiras, com a descoberta de uma fórmula que fosse suficientemente abrangente para corresponder às múltiplas exigências da nossa realidade. Elaboramos um projeto com o nome de "Ação Museu", para tentar financiamento junto às agências oficiais e um texto que, através de seminários, foi submetido à discussão dos interessados de praticamente todas as regiões brasileiras. Com as correções e acréscimos sugeridos por esse amplo debate, editamos um fascículo que constituía as nossas recomendações para os setores educativos dos museus. Essas idéias foram amplamente debatidas em seminário internacional realizado no Rio de Janeiro com a Organização dos Estados Americanos e do qual participaram especialistas de numerosos países. Para um teste de aplicação prática da nossa proposta, realizamos experiência piloto em unidades educativas que revitalizamos e, para continuidade do trabalho teórico, novos seminários foram montados, contemplando as várias regiões brasileiras.

Hoje está se tornando consenso a idéia de que a educação constitui a melhor saída para a preservação patrimonial. A repartição encarregada da execução de uma política de proteção cultural no Brasil desenvolveu uma grande sabedoria no que diz respeito principalmente à restauração, mas ainda

não teve condições de sustentar um amplo e cabal programa educativo que pudesse levar a comunidade brasileira a comprometer-se com a sua causa. Para isso, ela terá inclusive que superar preconceitos originários de uma consciência elitista muito arraigada. No dia em que se descobrir o real papel que, nessa área, poderá ser desempenhado pelos museus, o primeiro passo estará sendo dado. Mas para corresponder a tal expectativa, a instituição museu, de sua parte, terá de vencer etapas e evoluir. À medida em que progressos se verificarem nessa caminhada, que significa abandonar os postulados do século XIX para abraçar a modernidade, as casas de exposição descobrirão a sua verdadeira significação social. E valorizadas em sua essência, até as modestas unidades do interior, que hoje são meros arremedos de manifestações culturais transplantadas, acabarão desempenhando um papel importante. Elas passarão a ser o apoio - em muitos casos único de que dispõe uma pequena comunidade - para construir o cidadão como uma consciência radicada em seu meio.